

SUMÁRIO

Capítulo I O CRÉDITO E A ECONOMIA

I.	Noção geral	1
1.	Conceito econômico de crédito.....	1
2.	Origem etimológica	2
3.	Elementos do crédito (confiança e tempo).....	2
II.	Importância do crédito na economia moderna.....	3
III.	Classificação do crédito	4
IV.	Crédito público	5
1.	Noção geral	5
2.	Conceito	6

Capítulo II A LEGISLAÇÃO CAMBIÁRIA UNIFORME

I.	O comércio internacional.....	7
II.	O processo de uniformização do direito cambiário.....	8
1.	A importância do direito comparado.....	8
2.	O esforço para a uniformização	8
3.	As Convenções de Genebra	10
4.	Introdução das leis uniformes no direito positivo brasileiro.....	11
III.	As leis uniformes de Genebra e as reservas.....	12
1.	Efeitos da ratificação das convenções genebrinas.....	12
2.	Conceito e natureza jurídica da reserva	12
3.	Espécies das normas genebrinas	13
4.	Reservas adotadas pelo governo brasileiro	14
5.	Reenvio	14
6.	Problemas decorrentes da introdução da LUG	15

IV.	Normas em vigor do Decreto nº 2.044, de 31-12-1908	17
V.	Tradução deficiente das leis uniformes genebrinas.....	18
	1. Razões da má tradução.....	18
	2. Erros de tradução	19
VI.	A Convenção de Genebra de 1931 e a Lei nº 7.357, de 2-9-85	22
VII.	Revogação, sem prévia denúncia, de lei oriunda de tratado (STF).....	23
	1. Tratado e lei posterior.....	23
	2. Doutrina e jurisprudência tradicionais no direito brasileiro.....	23
	3. O Decreto-lei nº 427/69 e a LUG	24
	3.1. Posição da doutrina.....	24
	3.2. Posição do STF.....	24
VIII.	Aplicação da LUG à duplicata	26
IX.	Código Civil brasileiro de 2002	26

Capítulo III
TÍTULOS DE CRÉDITO

I.	Origem e evolução histórica.....	31
	1. Direito Romano.....	31
	2. Fases do direito cambiário	32
	3. Período italiano	32
	4. Período francês	34
	5. Período germânico.....	35
	6. Período uniforme	36
II.	Função e importância.....	37
	1. Função de circulabilidade	37
	2. Importância.....	39
III.	Noção geral.....	40
	1. Sentidos da expressão <i>título de crédito</i>	40
	2. Outras expressões.....	40
	3. Conceito de título de crédito	41
	3.1. Código Civil brasileiro.....	41
IV.	Características	42
	1. Natureza comercial	42
	2. Documento formal.....	43

3.	Bem móvel.....	44
4.	Título de apresentação.....	44
5.	Título líquido e certo	45
6.	Eficácia processual abstrata	46
7.	Obrigação quesível.....	46
8.	Natureza <i>pro solvendo</i>	47
9.	Título de resgate	49
10.	Título de circulação.....	50
V.	Princípios	50
1.	Noção geral	50
2.	Literalidade	51
3.	Incorporação.....	54
4.	Autonomia	55
5.	Independência	60
6.	Legalidade ou tipicidade.....	60
7.	Atributos.....	60
VI.	Classificações.....	61
1.	Noção geral	61
2.	Quanto ao conteúdo da declaração cartular: títulos próprios e impróprios.....	61
2.1.	Títulos de crédito próprios.....	62
2.2.	Títulos impróprios: comprovantes e títulos de legitimação	62
2.3.	Títulos de participação	63
2.4.	Ações e debêntures	64
2.5.	Duplicata.....	65
2.6.	Títulos representativos.....	66
2.7.	Títulos de financiamento e títulos de investimento.....	66
3.	Quanto à causa de emissão: títulos abstratos e causais	67
4.	Quanto à circulação: títulos ao portador, nominais, com cláusula à ordem, não à ordem e não transmissíveis.....	68
5.	Quanto à pessoa do emitente: títulos públicos e privados.....	69
6.	Quanto à natureza: títulos comerciais e civis.....	70
7.	Quanto à prestação: títulos de valor em dinheiro e títulos representativos de direitos.....	70

8.	Quanto ao campo de atuação: títulos circuláveis no mercado de capitais e extramercado de capitais.....	70
9.	Quanto à forma de emissão: títulos singulares, ou individuais, e títulos em séries, ou em massa.....	70
10.	Quanto ao prazo: títulos de crédito à vista e a prazo.....	71
11.	Títulos de favor.....	71
VII.	Fonte da obrigação cambiária.....	73
1.	Noção geral.....	73
2.	Teorias contratualistas.....	74
3.	Teoria da declaração unilateral de vontade.....	75
3.1.	Teorias da criação e da emissão (variantes da teoria da declaração unilateral de vontade).....	76
4.	Teoria do duplo sentido da vontade.....	77
5.	Teoria da aparência.....	77
6.	Direito brasileiro.....	78
6.1.	Código Civil.....	78
6.2.	Legislação cambiária.....	79
VIII.	Declarações cambiárias.....	79
1.	Noção geral.....	79
2.	Espécies de declaração cambiária.....	80
IX.	Devedores cambiários.....	80
1.	Noção geral.....	80
2.	Solidariedade cambiária e solidariedade do direito comum.....	81
3.	Devedores principal e de regresso.....	83
4.	Devedores direto e indireto.....	85

Capítulo IV LETRA DE CÂMBIO

I.	Noção geral.....	89
1.	Evolução histórica.....	89
2.	Conceito.....	90
2.1.	Desuso atual da letra de câmbio.....	90
3.	Criação da letra de câmbio.....	92
4.	Pressuposto para a criação da letra de câmbio.....	93
4.1.	Não necessidade de prévia provisão.....	95

II.	Requisitos.....	97
1.	Noção geral	97
2.	Requisitos intrínsecos e a legislação cambiária.....	97
3.	Requisitos extrínsecos da letra de câmbio	98
3.1.	Noção geral.....	98
3.2.	Requisitos extrínsecos essenciais.....	99
3.2.1.	Denominação letra de câmbio (LUG, art. 1º, nº 1).....	99
3.2.2.	Ordem incondicional de pagamento de quantia determinada (LUG, art. 1º, nº 2)	101
3.2.3.	Nome do sacado (LUG, art. 1º, nº 3).....	105
3.2.4.	O nome do tomador ou à ordem de quem a letra deve ser paga (LUG, art. 1º, nº 6).....	107
3.2.5.	Data do saque (LUG, art. 1º, nº 7, 1ª parte)	110
3.2.6.	Assinatura do sacador (LUG, art. 1º, nº 8).....	110
3.3.	Requisitos extrínsecos supríveis	114
3.3.1.	Época do vencimento (LUG, art. 2º, al. 2ª, e CCB, art. 889, § 1º)	114
3.3.2.	Lugar do pagamento (LUG, art. 2º, al. 3ª) ...	115
3.3.3.	Lugar do saque (LUG, art. 2º, al. 4ª).....	117
III.	Cláusulas adicionais.....	118
1.	Noção geral	118
2.	Cláusulas permitidas.....	118
3.	Cláusulas adicionais vedadas	119
IV.	Letra incompleta ou em branco	120
1.	Noção geral	120
2.	Vigência do art. 3º do Decreto nº 2.044/1908	120
3.	A norma do art. 10 da LUG	122
4.	Letra incompleta é ineficaz e não nula	123
5.	Não vigência do art. 4º do Decreto nº 2.044/1908	124
V.	Capacidade cambiária ativa e passiva	125
1.	Capacidade cambiária ativa	125
2.	Capacidade cambiária passiva	125
2.1.	Código Comercial	125
2.2.	Decreto nº 2.044/1908.....	125

2.3.	Convenção de Genebra, de 1930, “destinada a regular certos conflitos de leis em matéria de letras de câmbio e notas promissórias”	126
2.4.	Mulher casada	126
VI.	Representação cambiária	127
1.	Noção geral	127
2.	A lei uniforme.....	128
VII.	Assinatura falsa, falsificada, de pessoa fictícia ou incapaz.....	130
1.	Noção geral	130
2.	Falsidade e falsificação.....	130
3.	Alteração.....	132
3.1.	Efeitos da alteração.....	133

Capítulo V ACEITE

I.	Origem histórica	135
1.	Idade Média	135
2.	Direito francês	135
3.	Direito alemão	136
II.	Noção geral.....	136
1.	Conceito e natureza do aceite	136
2.	Vantagens do aceite	138
III.	Apresentação para aceite.....	138
1.	Noção geral	138
2.	Apresentação obrigatória	139
3.	Apresentação necessária.....	141
3.1.	Letra a termo certo de vista.....	141
3.2.	Letra domiciliada.....	142
3.3.	Disposição legal	142
4.	Proibição de apresentação (LUG, art. 22, als. 2 ^a e 3 ^a).....	143
4.1.	Cláusula privativa do sacador (LUG, art. 22, al. 2 ^a)...	143
4.2.	Razões que justificam a cláusula.....	144
4.3.	Efeitos da apresentação.....	144
4.4.	Prazo de vigência para a vedação da apresentação (LUG, art. 22, al. 3 ^a)	144
4.5.	Vedação de inserção da cláusula (LUG, art. 22, al. 2 ^a).....	145

5.	Letra à vista não comporta apresentação para aceite (LUG, art. 34, al. 1 ^a)	145
5.1.	Sacado pode aceitar a letra de câmbio à vista	146
6.	Reapresentação da letra (LUG, art. 24)	147
7.	Quem pode apresentar a letra (LUG, art. 21).....	148
8.	A apresentação deve ser feita ao sacado	148
9.	Lugar da apresentação (LUG, art. 21).....	149
10.	Prorrogação do prazo de apresentação (LUG, art. 54).....	150
IV.	Forma e condições do aceite.....	151
1.	Forma do aceite (LUG, art. 25, al. 1 ^a)	151
2.	Aceite deve ser dado na letra (LUG, art. 25, al. 1 ^a)	151
3.	Datação do aceite (LUG, art. 25, al. 2 ^a)	152
4.	Aceite é ato incondicional (LUG, art. 26, al. 1 ^a , parte inicial).....	153
5.	Aceite parcial (LUG, art. 26, al. 1 ^a , segunda parte).....	154
5.1.	Vantagens.....	154
5.2.	Efeitos.....	154
6.	Aceite modificativo (LUG, art. 26, al. 2 ^a)	156
6.1.	Efeitos (LUG, art. 26, al. 2 ^a).....	156
V.	Letra domiciliada e aceite domiciliado	157
1.	Letra domiciliada (LUG, art. 27).....	157
2.	Aceite domiciliado (LUG, art. 27, al. 2 ^a)	158
VI.	Efeitos do aceite e de sua recusa	158
1.	Efeitos do aceite quanto ao sacado (LUG, art. 28)	158
2.	Efeitos do aceite quanto aos devedores indiretos.....	159
3.	Falta e recusa de aceite.....	159
3.1.	Efeitos.....	160
VII.	Cancelamento do aceite	161
1.	Noção geral	161
2.	Forma do cancelamento	161
3.	Momento do cancelamento	162
4.	Efeitos do cancelamento.....	162
5.	Vantagens do cancelamento.....	163
VIII.	Aceite por intervenção	163
1.	Noção geral	163
2.	Pressupostos.....	164

3.	Modalidades.....	165
4.	Forma.....	166
5.	Vantagens	166
6.	Natureza da obrigação do interveniente	167
7.	Direitos do interveniente.....	168
8.	Quem pode indicar o interveniente.....	169
9.	Quem pode ser interveniente	169
10.	Exoneração da responsabilidade do aceitante por intervenção	170

Capítulo VI ENDOSSO

I.	Noção geral.....	171
	1. A circulabilidade do título	171
	2. Outros meios de transferência.....	172
	3. Origem etimológica	173
	4. Origem histórica.....	173
	5. Modalidades de endosso	174
II.	Conceito.....	174
	1. Noção geral	174
III.	Efeitos.....	175
	1. Transferência dos direitos decorrentes do título (efeito natural e real).....	175
	1.1. Necessidade da tradição do título	175
	2. Responsabilidade do endossante.....	176
	2.1. Distinções entre endosso e aval	176
	2.2. Cláusula excludente da responsabilidade.....	177
IV.	Natureza jurídica.....	178
	1. Teorias contratualistas	178
	2. Críticas às teorias contratualistas.....	179
	3. Endosso e cessão.....	180
	4. Teoria da declaração unilateral de vontade.....	181
V.	Requisitos.....	181
	1. Ato puro e simples.....	181
	2. Ato formal	182
	3. Não exigência da datação e do lugar do endosso.....	183

4.	Endosso em preto e em branco	183
5.	Efeitos do endosso em branco (LUG, art. 14; LC, art. 20; e CCB de 2002, art. 913).....	184
VI.	Cláusula não à ordem.....	184
1.	Noção geral	184
2.	Forma.....	185
3.	Quem pode apor.....	185
4.	Efeitos.....	185
VII.	Endosso parcial	186
1.	Noção geral	186
2.	Pagamento parcial e endosso.....	187
VIII.	Quem pode ser endossante.....	187
1.	Noção geral	187
2.	Endosso por mandatário	188
3.	Endosso por incapaz	188
IX.	Quem pode ser endossatário.....	188
1.	Noção geral	188
2.	Endosso de retorno e reendosso (LUG, art. 11, al. 3 ^a ; e LC, art. 17, § 2 ^o).....	188
2.1.	Endosso a favor de aceitante	189
2.2.	Endosso em favor do sacador.....	190
2.3.	Endosso em favor de endossante anterior.....	191
2.4.	Endosso em favor de avalista	192
3.	Pluralidade de endossatários	192
X.	Proibição de novo endosso	192
1.	Noção geral (LUG, art. 15, al. 2 ^a , e LC, art. 21, parágrafo único).....	192
2.	Distinção com a cláusula sem garantia (LUG, art. 15, al. 1 ^a , e LC, art. 21).....	194
3.	Distinções com a cláusula “não à ordem” (LUG, art. 11, al. 2 ^a , e LC, art. 17, § 1 ^o).....	194
4.	Endosso em branco	194
XI.	Cadeia de endossos.....	194
1.	Noção geral	194
2.	Portador legítimo (LUG, art. 16, al. 1 ^a ; LC, art. 22; e CCB de 2002, art. 911)	195

3.	Pagamento feito pelo devedor (LUG, art. 40, al. 3ª; e CCB de 2002, art. 911, parágrafo único)	197
4.	Aquisição <i>a non domino</i> (LUG, art. 16, al. 2ª, e LC, art. 24)	197
5.	Cancelamento de endosso.....	199
5.1.	Não interrupção da cadeia	201
5.2.	Interrupção da cadeia	201
5.3.	Restabelecimento da cadeia	202
5.4.	Efeito do cancelamento quanto ao devedor cambiário.....	203
XII.	Endosso póstumo	203
1.	Noção geral	203
2.	Endosso sem data (LUG, art. 20, al. 2ª, e LC, art. 27).....	204
3.	Forma de endosso	205
4.	Efeitos de cessão	206
XIII.	Endosso impróprio	207
1.	Noção geral	207
2.	Endosso-mandato (LUG, art. 18; LC, art. 26; e CCB de 2002, art. 917).....	207
2.1.	Noção geral.....	207
2.2.	Forma	209
2.3.	Poderes conferidos ao mandatário.....	210
2.3.1.	Aparência de endosso próprio	211
2.3.2.	Restrição de poderes.....	213
2.4.	Endossatário age em nome e por conta do mandante	214
2.5.	Arguição de exceções	215
2.6.	Efeito da morte ou sobrevinda incapacidade legal do endossante-mandante	216
2.7.	Extinção do endosso-mandato	216
3.	Endosso-caução (LUG, art. 19, e CCB de 2002, art. 918)	216
3.1.	Noção geral.....	216
3.2.	Forma	217
3.3.	Poderes do credor da caução.....	218
3.4.	Credor da caução age no seu próprio interesse	218
3.5.	Endosso-caução e endosso-mandato.....	220

Capítulo VII

AVAL

I.	Noção geral.....	223
	1. Origem etmológica do termo aval	223
	2. Origem do instituto.....	224
	3. Direito brasileiro	225
	4. Função e importância	225
II.	Conceito	225
III.	Natureza jurídica.....	227
	1. Aval e fiança	227
	2. Aval e endosso	230
IV.	Forma	230
	1. Aval só pode ser dado no título	230
	2. Aval em preto e em branco	232
	3. Datação do aval não é obrigatória.....	232
V.	Aval dado após o vencimento do título.....	233
	1. Sistema anterior.....	233
	2. Sistema atual	233
VI.	Aval parcial	234
	1. Sistema anterior à LUG	234
	2. LUG admite aval parcial.....	235
VII.	Aval incondicional.....	236
VIII.	Aval simples e plural. Avais simultâneos e sucessivos.....	237
	1. Noção geral	237
	2. Avais simultâneos ou coavais.....	237
	3. Avais sucessivos ou aval de aval.....	239
	4. Avais superpostos em branco	241
IX.	Quem pode ser avalista	242
	1. Aval pode ser dado por terceiro ou por quem já tenha outra obrigação no título	242
	2. Aval por mandato exige poderes especiais.....	243
	3. Aval dado por pessoa casada	244
	4. Aval prestado por pessoa jurídica contra vedação de contrato ou estatuto social	246
X.	Responsabilidade do avalista.....	249
	1. A natureza da obrigação do avalista depende do grau de responsabilidade do avalizado.....	249
	2. Avalista é devedor solidário	251

XI.	Autonomia da obrigação do avalista	252
1.	A obrigação do avalista é autônoma quanto à essência e acessória quanto à forma.....	252
2.	Avalista, em regra, só pode arguir exceções pessoais ou comuns a todos os devedores	253
2.1.	Relativização da autonomia da obrigação do avalista.....	254
3.	Avalista não pode chamar ao processo a pessoa do avalizado.....	256
XII.	Direitos do avalista	257
1.	Avalista que paga adquire direito autônomo	257
2.	A natureza cambiária da relação entre avalista e avalizado	259
XIII.	Aval antecipado	261
1.	Validade do aval antecipado independe de aceite e endosso	261
2.	Primeira corrente. Aval eficaz mesmo que a pessoa indicada como avalizada não assuma a obrigação cambiária.....	261
3.	Segunda corrente. Aval ineficaz se a pessoa indicada como avalizada não assume a obrigação cambiária	262
4.	Aval antecipado sob a égide da LUG	263
5.	Eficácia do aval antecipado na duplicata.....	265
XIV.	Aval em título em branco, incompleto ou futuro	265
1.	Título em branco	265
2.	Título incompleto.....	266
3.	Título futuro.....	266
XV.	Cancelamento e extinção do aval.....	266
1.	Cancelamento pelo pagamento	266
2.	Cancelamento do aval por outra causa (sem pagamento)...	267
3.	Extinção do aval	268
XVI.	Aval e alienação fiduciária em garantia	268
1.	Noção geral sobre alienação fiduciária.....	268
2.	A posição do avalista	269

Capítulo VIII VENCIMENTO E PAGAMENTO

I.	Noção geral sobre vencimento	273
1.	Conceito e importância do vencimento	273
2.	Espécies de vencimento.....	274

II.	Vencimento ordinário	274
1.	Noção geral	274
2.	Vencimento determinado.....	276
2.1.	Data certa.....	276
2.2.	Tempo certo de data.....	276
3.	Vencimento indeterminado	277
3.1.	Vencimento à vista (LUG, art. 34).....	277
3.1.1.	Sacador pode aumentar ou reduzir o prazo legal (LUG, art. 34, al. 1 ^a).....	278
3.1.2.	Prazo de carência (LUG, art. 34, al. 2 ^a).....	278
3.1.3.	Endossante pode reduzir o prazo legal (LUG, art. 34, al. 1 ^a , <i>in fine</i>).....	278
3.1.4.	Efeitos da não apresentação.....	279
3.2.	Vencimento a tempo certo de vista (LUG, art. 35) ...	279
III.	Vencimento extraordinário	280
1.	O art. 43 da LUG	280
2.	O art. 10 do Anexo II.....	280
IV.	Prorrogação de vencimento.....	282
1.	Vedação de dias de perdão (LUG, art. 74)	282
2.	Prorrogação convencional.....	283
3.	Reforma	284
V.	Noção geral sobre pagamento	284
1.	Pagamento direto e indireto.....	284
2.	Modalidades de pagamento	285
3.	Efeitos do pagamento.....	286
VI.	Apresentação para pagamento	287
1.	Razões da apresentação	287
2.	Formas de apresentação	288
3.	Época da apresentação.....	288
3.1.	Efeitos da não apresentação	289
3.2.	Pagamento antes do vencimento (LUG, art. 40, als. 1 ^a e 2 ^a ; CCB de 2002, art. 902).....	290
4.	Legitimação ativa para a apresentação	290
5.	Legitimação passiva para apresentação.....	291
5.1.	Pluralidade de sacados (Decreto nº 2.044/1908, art. 20, § 2º)	291
6.	Lugar da apresentação	292

VII.	Pagamento parcial.....	293
1.	Noção geral	293
2.	Quem tem legitimidade.....	294
3.	Efeitos.....	294
VIII.	Prova de pagamento	294
1.	Pagamento integral	294
2.	Pagamento parcial (LUG, art. 39, al. 3ª).....	295
IX.	Moeda do pagamento.....	296
1.	Noção geral	296
X.	Pagamento por intervenção.....	298
1.	Noção geral	298
2.	Quem pode ser interveniente (LUG, art. 55, als. 1ª e 3ª).....	299
3.	Beneficiário da intervenção (LUG, art. 55, al. 2ª; e art. 62, al. 1ª)	299
4.	Objeto (LUG, art. 59, al. 2ª)	300
5.	Efeitos da recusa	300
6.	Prazo para a intervenção (LUG, art. 59, al. 3ª).....	301
7.	Prova do pagamento (LUG, art. 62).....	301
8.	Efeitos (LUG, art. 63).....	301
9.	Concurso de intervenientes (LUG, art. 63, al. 3ª).....	302
XI.	Oposição a pagamento.....	303
1.	Pressupostos.....	303
2.	Razão de ser	303
3.	Forma.....	304
XII.	Ressaque.....	304
1.	Noção geral	304
2.	Legitimação.....	305
3.	Pressupostos.....	306
4.	Proibição.....	307
5.	Objeto (LUG, art. 52, als. 2ª e 3ª)	307
6.	Efeitos do pagamento e não pagamento pelo ressacado	308

Capítulo IX PROTESTO

I.	Noção geral.....	309
1.	Conceito	309

2.	Natureza.....	312
3.	Efeitos.....	314
4.	Protesto necessário.....	314
4.1.	Protesto por falta de aceite, de pagamento ou de devolução (LP, art. 21).....	315
4.1.1.	Protesto por falta de aceite.....	315
4.1.2.	Protesto por falta de pagamento	316
4.1.3.	Protesto por falta de devolução.....	317
5.	Efeitos do não protesto	317
6.	Protesto facultativo	318
7.	Efeitos extracambiários	319
8.	Legitimação ativa.....	319
9.	Legitimação passiva	320
II.	Lugar e prazo	321
1.	Lugar do protesto	321
2.	Prazo	322
2.1.	Protesto por falta ou recusa de aceite (LUG, art. 44, al. 2ª) ...	322
2.2.	Protesto por falta de pagamento (LUG, art. 44, al. 3ª) ...	323
III.	Procedimento do protesto	325
1.	Noção geral	325
2.	Intimação.....	326
3.	Certidões e informações.....	327
4.	Registro e instrumento	327
5.	Não devolução do título	327
6.	Avisos (LUG, art. 45)	328
IV.	Cláusula sem protesto	329
1.	Noção geral	329
2.	Forma (LUG, art. 46, al. 1ª).....	330
3.	Quem pode inserir (LUG, art. 46, al. 3ª).....	330
V.	Sustação do protesto.....	331
1.	Noção geral	331
2.	Razões contrárias	331
VI.	Cancelamento do protesto.....	335
VII.	Protesto para fim falimentar ou especial	337

Capítulo X PLURALIDADE DE EXEMPLARES E CÓPIAS

I.	Pluralidade de exemplares	341
	1. Noção geral	341
	2. Pressupostos.....	342
	2.1. Legitimação	342
	3. Sanção	343
	4. Efeitos.....	343
II.	Cópias.....	345
	1. Noção geral	345
	2. Requisitos	346
III.	Diferenças entre duplicata e cópia	346

Capítulo XI AÇÕES CAMBIÁRIAS

I.	Ação de execução	349
	1. Noção geral	349
	2. Exibição do título	350
	3. Foro	354
	4. Ações cambiárias executórias direta e de regresso.....	354
	4.1. Ação direta	355
	4.2. Ação de regresso	355
	4.3. Distinções entre a ação direta e a de regresso.....	356
	5. Legitimação ativa.....	357
	5.1. Portador legítimo.....	357
	5.1.1. Objeto da ação cambiária (LUG, art. 48).....	358
	5.2. Devedor de regresso.....	359
	5.2.1. Objeto da ação cambiária (LUG, art. 49).....	359
	6. Legitimação passiva	360
	6.1. Noção geral.....	360
	6.2. Responsabilidade solidária.....	361
	7. Defesas	363
	7.1. Noção geral.....	363
	7.2. Conceito de exceção.....	364
	7.3. Classificação das exceções.....	365

7.4.	Exceções oponíveis.....	366
7.4.1.	Direito pessoal.....	367
7.4.2.	Defeito de forma do título	368
7.4.3.	Falta de requisito necessário ao exercício da ação	369
7.4.4.	Princípio da inoponibilidade (LUG, art. 17, e LC, art. 25)	369
8.	Prescrição	371
8.1.	Noção geral.....	371
8.2.	Prescrição do direito de ação cambiária executória (LUG, arts. 70 e 71; Anexo II, arts. 15 e 17)	371
8.3.	Interrupção e suspensão do prazo prescricional.....	373
9.	Decadência (LUG, art. 53)	374
10.	Ação cambiária de regresso antecipado	374
II.	Ação de enriquecimento sem causa	374
1.	Noção geral	374
2.	Natureza jurídica	375
3.	Pressupostos.....	376
4.	Prescrição	376
5.	Legitimação.....	376
6.	Ação causal.....	377
III.	Ação de anulação da cambial	377
1.	Noção geral	377
2.	Objetivos.....	379
3.	Pressupostos.....	379
4.	Legitimação.....	381
5.	Procedimento da ação de anulação.....	381

Capítulo XII NOTA PROMISSÓRIA

I.	Origem histórica	385
1.	Evolução	385
2.	Direito brasileiro	386
3.	Lei uniforme.....	386
3.1.	Reservas	386

II.	Noção geral	387
1.	Conceito	387
2.	Dessemelhanças com a letra de câmbio	388
III.	Requisitos essenciais e não essenciais	389
1.	Noção geral	389
2.	Requisitos essenciais	389
2.1.	Denominação (LUG, art. 75, nº 1)	389
2.2.	Promessa incondicional de pagar quantia determinada (LUG, art. 75, nº 2)	390
2.3.	Nome do beneficiário (LUG, art. 75, nº 5)	391
2.4.	Data de emissão (LUG, art. 75, nº 6, primeira parte)	392
2.5.	Assinatura do emitente (LUG, art. 75, nº 7)	392
3.	Requisitos supríveis (LUG, art. 76)	393
3.1.	Época do pagamento (LUG, art. 76, al. 2ª)	394
3.2.	Lugar do pagamento (LUG, art. 76, III)	396
3.3.	Lugar de emissão (LUG, art. 76, al. 4ª)	396
IV.	Disposições sobre letra de câmbio aplicáveis ou não à nota promissória	397
1.	Noção geral	397
2.	Disposições aplicáveis	397
3.	Disposições não aplicáveis	397
V.	Nota promissória vinculada a contrato	398

Capítulo XIII

CHEQUE

I.	Noção geral	403
1.	Disciplina legal	403
2.	Função econômica	404
3.	Controle estatal	405
4.	Conceito e características do cheque	405
5.	Pressupostos para emissão de cheque (LC, arts. 3º e 4º, LUG, art. 3º)	407
5.1.	Provisão e fundos disponíveis	408
5.2.	Conta-corrente bancária	408
5.3.	Contrato de conta-corrente	409
5.4.	Contrato de abertura de crédito	410

5.5.	Momento em que deve existir provisão de fundos e direitos sobre a provisão	410
6.	Natureza jurídica do depósito bancário	412
7.	Relações jurídicas	414
8.	Natureza jurídica do cheque	415
9.	Semelhanças e dessemelhanças entre cheque e letra de câmbio	416
10.	Conflitos de leis em matéria de cheques	418
11.	Aspectos penais do cheque	418
12.	Pluralidade de exemplares.....	419
13.	Prazos legais	421
II.	Requisitos.....	421
1.	Noção geral	421
2.	Requisitos necessários (LC, art. 1º).....	422
2.1.	Denominação cheque (inciso I)	422
2.2.	Ordem incondicional de pagar quantia determinada (inciso II)	423
2.3.	Nome do sacado que deve pagar o cheque (inciso III).....	424
2.4.	Data de emissão	425
2.5.	Assinatura do emitente ou de mandatário com poderes especiais (inciso VI)	426
2.5.1.	Declaração do emitente e natureza da sua obrigação	426
2.5.2.	Formas de cheque	426
2.5.3.	Mandatário do emitente.....	428
2.5.4.	Suprimento de assinatura.....	429
2.5.5.	Assinaturas com pseudônimos e de analfabetos.....	429
2.5.6.	Autonomia e independência das obrigações cambiais	430
3.	Requisitos supríveis ou não necessários (LC, art. 2º)	430
3.1.	Lugar de pagamento (inciso I).....	430
3.1.1.	Cheque domiciliado (LC, art. 11)	430
3.2.	Lugar de emissão (inciso II).....	431
3.3.	Nome do beneficiário	431
3.3.1.	Pluralidade de beneficiários	432

3.4.	Cláusulas facultativas	432
3.5.	Cláusulas proibidas	433
4.	Cheque incompleto ou em branco (LC, art. 16)	433
III.	Transmissão	435
1.	Noção geral	435
2.	Endosso pelo sacado é nulo (LC, art. 18, § 1º, parte final) ..	436
3.	Endosso-quitação (LC, art. 18, § 2º, segunda parte)	436
4.	Assinatura por chancela mecânica (LC, art. 19, § 2º).....	437
5.	Endosso em cheque ao portador (LC, art. 23, e LUG, art. 20).....	437
6.	Endosso póstumo (LC, art. 27, e LUG, art. 24)	438
7.	Endosso em cheque nominativo e cláusula de destinação (LC, art. 28)	439
IV.	Aval	440
1.	Aval parcial e quem pode ser avalista (LC, art. 29 e LUG, art. 25).....	440
2.	Forma do aval (LC, art. 30, e LUG, art. 26)	441
3.	Natureza da obrigação do avalista (LC, art. 31, primeira parte; e LUG, art. 27, al. 1ª)	442
4.	Autonomia da obrigação do avalista (LC, art. 31, segunda parte; e LUG, art. 27, al. 2ª).....	443
5.	Direitos do avalista (LC, art. 31, parágrafo único; e LUG, art. 27, al. 3ª)	444
V.	Apresentação e pagamento	444
1.	Importância da apresentação do cheque.....	444
2.	Quem deve apresentar o cheque	445
3.	Lugar da apresentação	446
4.	O cheque é pagável à vista (LC, art. 32; LUG, art. 28, al. 1ª)	446
4.1.	Cheque pós-datado (LC, art. 32, parágrafo único; LUG, art. 28, al. 2ª).....	446
4.2.	Cheque pré-datado	449
4.3.	Pagamento sob aviso	449
5.	Prazos de apresentação (LC, art. 33; LUG, arts. 29 e 30, e art. 14 do Anexo II).....	449
6.	Importância do prazo de apresentação	451
6.1.	Calendários diferentes (LC, art. 33, parágrafo único, LUG, art. 30)	452

6.2.	Câmara de compensação (LC, art. 34, e LUG, art. 31).....	452
6.3.	Apresentação a destempo (LC, art. 35, parágrafo único, e LUG, art. 32, al. 2ª).....	452
7.	Contraordem ou revogação do cheque (LC, art. 35, e LUG, art. 32, Anexo II, art. 16).....	453
7.1.	Noção geral.....	453
7.2.	Quem pode dar a contraordem.....	454
7.3.	Modo da contraordem.....	455
7.4.	Efeitos da contraordem.....	456
7.5.	Contraordem de cheque visado.....	456
7.6.	Contraordem de cheque administrativo.....	457
7.7.	Contraordem de cheque pós-datado.....	457
8.	Oposição ao pagamento (LC, art. 36; LUG, Anexo II, art. 16, al. 2ª; Convenção sobre Conflitos de Leis, art. 7º, ns. 7 e 8).....	458
8.1.	Noção geral.....	458
8.2.	Quem pode manifestar oposição ao pagamento.....	459
8.3.	Modo de oposição a pagamento.....	460
8.4.	Eficácia da oposição.....	461
8.5.	Semelhanças e dessemelhanças entre revogação e sustação.....	461
9.	A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão (LC, art. 37, LUG, art. 33).....	462
9.1.	Direito anterior.....	462
9.2.	Direito atual.....	462
9.2.1.	Falência do emitente.....	462
10.	Prova do pagamento (LC, art. 38, LUG, art. 34).....	463
11.	Pagamento parcial (LC, art. 38, parágrafo único; LUG, art. 34, al. 2ª; Convenção sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques, art. 7º, n. 4).....	464
12.	Responsabilidade do banco sacado.....	466
12.1.	Noção geral.....	466
12.2.	Exame da cadeia de endossos em cheque endossável (LC, art. 39, LUG, art. 35).....	469
12.2.1.	Cheque ao portador.....	470
12.2.2.	Cheque com cláusula “não à ordem”.....	470

12.3.	Pagamento de cheque falso, falsificado ou alterado (LC, art. 39, parágrafo único)	471
12.4.	Alteração lícita do cheque (LC, art. 58, LUG, art. 51).....	474
12.5.	Pedido de explicações ou garantias pelo sacado (LC, art. 41)	475
13.	Cheque em moeda estrangeira (LC, art. 42; LUG, art. 36; Anexo II, art. 17)	475
14.	Extravio ou destruição do cheque.....	475
VI.	Modalidades de cheque.....	476
1.	Cheque visado (LC, art. 7º; LUG, Anexo II, art. 6º)	476
1.1.	Noção geral.....	476
1.2.	Quem pode solicitar o visto	477
1.3.	Efeitos.....	478
2.	Cheque cruzado (LC, arts. 44 e 45; LUG, arts. 37 e 38; e Anexo II, art. 18).....	479
2.1.	Noção geral.....	479
2.2.	Legitimidade para inserir a cláusula	480
2.3.	Forma e espécies	480
2.3.1.	Cruzamento geral e especial.....	481
2.4.	Irrevogabilidade da cláusula	482
2.5.	Natureza jurídica	482
2.6.	Efeitos.....	482
2.7.	Responsabilidade do banco.....	484
3.	Cláusula para ser creditado em conta (LC, art. 46; LUG, art. 39; e Anexo II, art. 18)	484
3.1.	Noção geral.....	484
3.2.	Forma da cláusula.....	485
3.3.	Legitimidade para apor a cláusula.....	486
3.4.	Efeitos da cláusula	486
3.5.	Não necessidade de endosso-quituação.....	490
3.6.	Irrevogabilidade da cláusula	490
3.7.	Responsabilidade do sacado	490
3.8.	Semelhanças e dessemelhanças entre as cláusulas do cruzamento e para levar em conta.....	490
3.9.	Saque internacional de cheque	491

4.	Outras modalidades de cheques (LC, art. 66)	491
4.1.	Noção geral.....	491
4.2.	Vales ou cheques postais.....	491
4.3.	Cheques de poupança	492
4.4.	Cheques de viagem (<i>traveller's checks</i>).....	492
4.5.	Cheques especiais ou garantidos	494
4.6.	Cheques circulares.....	494
4.7.	Cheques documentários	496
4.8.	Cheques fiscais.....	496
4.9.	Cheque de pagamento diferido (Ch. P. D.)	496
VII.	Protesto	498
1.	Noção geral	498
2.	Facultatividade do protesto.....	498
3.	Lugar e prazo do protesto ou das declarações	498
4.	Procedimento do protesto.....	499
5.	Avisos do protesto (LC, art. 49; LUG, art. 42)	500
6.	Cláusula “sem protesto”	501
VIII.	Ações cambiárias e ação extracambiária.....	501
1.	Ação cambiária executória.....	501
1.1.	Noção geral.....	501
1.2.	Legitimação ativa.....	504
1.3.	Legitimação passiva.....	504
1.4.	Objeto.....	507
1.5.	Exceções.....	508
1.6.	Direitos do obrigado que paga o cheque	510
1.7.	Prescrição	510
1.7.1.	Interrupção do prazo prescricional	511
2.	Ação de enriquecimento sem causa.....	512
2.1.	Noção geral.....	512
2.2.	Natureza jurídica	513
2.3.	Prescrição	515
2.4.	Legitimação ativa.....	515
2.5.	Legitimação passiva.....	515
3.	Ação causal.....	515

Capítulo XIV DUPLICATA

I.	Noção geral.....	517
	1. Legislação	517
	1.1. Semelhanças e dessemelhanças entre a duplicata e a letra de câmbio.....	518
	1.2. Normas da LUG aplicáveis à duplicata.....	519
	1.3. Normas do Decreto nº 2.044/1908 aplicáveis à duplicata.....	520
	2. Objetivos da Lei nº 5.474, de 18-7-68.....	520
	3. Origem da duplicata	521
	4. Fatura	522
	4.1. Extração	522
	4.2. Noção geral.....	523
II.	Conceito e natureza jurídica da duplicata	525
	1. Conceito	525
	2. Natureza jurídica	526
III.	Duplicata escritural	528
	1. Justificativa do projeto.....	528
	2. Desmaterialização dos títulos.....	529
	3. Vigência, aplicação subsidiária e necessidade de regulamentação	530
	4. Facultatividade de emissão de duplicata escritural.....	531
	5. Forma de emissão.....	532
	6. Aspectos mínimos a serem escriturados (art. 4º da LDE) ...	534
	7. Forma de apresentação. Aceite e sua recusa (art. 12 da LDE).....	535
	8. Lugar do protesto (art. 12, § 3º, da LDE)	536
	9. Extrato ou registro eletrônico da duplicata: título executivo extrajudicial (art. 6º da LDE).....	536
	10. Alteração da Lei nº 9.492/97	537
	11. Substituição do Livro de Registro de Duplicatas (art. 9º da LDE).....	538
IV.	Extração da duplicata	539
	1. Extração facultativa da duplicata e seu momento.....	539
	2. Vedação de saque de letra de câmbio	541
	3. Duplicata simulada	542
	4. Venda futura	545

V.	Requisitos	545
1.	Noção geral	545
2.	Exame dos requisitos (LD, art. 2º, § 1º).....	546
2.1.	Denominação.....	546
2.2.	Data de emissão	546
2.3.	Número de ordem	546
2.4.	Número da fatura	547
2.5.	Época do vencimento.....	548
2.6.	Nome e domicílio do vendedor e do comprador	550
2.7.	Importância a pagar, em algarismos e por extenso. Abatimento.....	551
2.8.	Praça do pagamento.....	552
2.9.	Cláusula à ordem.....	552
2.10.	Declaração do reconhecimento de exatidão da du- plicata e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite cambial.....	553
2.11.	A assinatura do emitente	554
VI.	Vendas por consignação ou comissão.....	555
1.	Comissão mercantil	555
2.	Consignação mercantil.....	557
3.	Vendas por comissários ou consignatários e a extração de duplicatas.....	557
VII.	Aceite	558
1.	Modos de apresentação para aceite.....	558
2.	Apresentação de duplicata à vista	559
3.	Prazos para apresentação	560
4.	Lugar da apresentação para aceite.....	560
5.	Devolução da duplicata pelo sacado e sua retenção	561
6.	Modos de aceite.....	561
7.	Recusa motivada de aceite	564
8.	Recusa imotivada de aceite e vencimento extraordinário da duplicata	567
VIII.	Aval.....	567
1.	Noção geral	567
2.	Aval em preto e em branco	568
3.	Avais simultâneos e sucessivos	568

	4. Aval dado após o vencimento da duplicata.....	569
	5. Aval antecipado	569
IX.	Endosso	569
	1. Noção geral	569
	2. Endosso após o vencimento produz efeitos cambiários.....	570
	3. Endosso-mandato	570
	4. Endosso-caução.....	571
X.	Pagamento	572
	1. Noção geral	572
	2. Pagamento parcial.....	573
	3. Deduções dependem da anuência do vendedor	574
	4. Prova do pagamento	574
	5. Pagamento em moeda estrangeira	576
XI.	Protesto	576
	1. Noção geral	576
	2. Modalidades.....	576
	2.1. Protesto por falta de aceite	576
	2.2. Protesto por falta de devolução	577
	2.3. Protesto por falta de pagamento.....	578
	3. Lugar do protesto	580
	4. Correção monetária e juros	581
	5. Instrumento do protesto.....	582
	6. Título endossado e sustação de protesto.....	582
XII.	Duplicata de serviços.....	587
	1. Quem pode extrair.....	587
	2. Pressupostos para a extração	588
	3. Aplicação das normas relativas à duplicata mercantil.....	589
	4. Aceite tácito e recusa de aceite	589
	5. Protesto.....	590
	6. Falência.....	591
XIII.	Fatura ou conta.....	593
	1. Quem pode extrair.....	593
	2. Procedimento.....	593
	3. A fatura ou conta não pode ser objeto de endosso	594
	4. Vedação de saque de duplicata	595

XIV.	Triplicata	596
XV.	Execução	597
	1. Duplicata mercantil.....	597
	2. Duplicata de prestação de serviços	602
	3. A executividade de duplicata <i>virtual</i>	603
	4. Fatura ou conta extraída por profissional liberal e por quem presta serviços de natureza eventual.....	607
	5. Foro	608
	6. Prescrição	609
XVI.	Procedimento ordinário.....	611
	1. Noção geral	611
	2. Prescrição	612
	3. Foro	612

Capítulo XV TÍTULOS DE CRÉDITO ESPECIAIS

I.	Noção geral.....	615
	1. Títulos de financiamento	615
	2. Títulos de investimento	616
	3. Características da cédula de crédito.....	616
II.	Cédula de crédito bancário.....	617
	1. Conceito	619
	2. Natureza jurídica	624
	3. Requisitos essenciais (art. 29).....	626
	4. Garantias (arts. 30 a 40, e 42).....	627
	5. Ação executória e prescrição	629
III.	Títulos rurais	630
	1. Definição	631
	2. Natureza jurídica	632
	3. Requisitos	633
	4. Normas sobre as garantias (arts. 63 a 69).....	637
	5. Ação de execução	638
	6. Ação monitória.....	640
	7. Cédula de Crédito Pignoratícia (CCR).....	641
	7.1. Requisitos	641

8.	Cédula rural hipotecária (CRH)	643
8.1.	Requisitos	643
9.	Cédula de crédito rural pignoratícia e hipotecária (CCR-PH).....	646
9.1.	Requisitos	646
10.	Nota promissória rural	648
10.1.	Requisitos	648
11.	Duplicata rural (arts. 46 a 54)	651
11.1.	Requisitos (art. 48)	652
IV.	Cédula de crédito industrial (CCI).....	655
1.	Natureza jurídica	655
2.	Princípio da literalidade	657
3.	Requisitos (art. 14).....	658
4.	Garantias (art. 19)	659
V.	Nota de crédito industrial	662
1.	Requisitos (DL nº 413/69, art. 16).....	662
	BIBLIOGRAFIA.....	665

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).